

Revolução Industrial: considerações sobre o pioneirismo industrial inglês

ELAINE CARVALHO DE LIMA*

CALISTO ROCHA DE OLIVEIRA NETO**

Resumo: A plena constituição do modo de produção capitalista, ao longo da história, ocorreu de modo pioneiro com a emergência da grande indústria inglesa. Sob a liderança do capital industrial a expansão econômica atendia aos anseios dos interesses comerciais e bancários, bem como assegurava a reprodução da classe operária. Assim, a nação inglesa alcança uma posição de liderança no cenário mundial. Este artigo busca analisar a Revolução Industrial britânica e as motivações que a levaram a se tornar hegemônica na constituição do capitalismo industrial. Ademais, alguns fatores foram importantes nesse processo, as estratégias iniciais envolviam uma acumulação primitiva, a qual possibilitou a passagem para um modo de produção capitalista. Além do mais, as estratégias também envolviam certo nível de protecionismo, como foi o caso da indústria têxtil de lã.

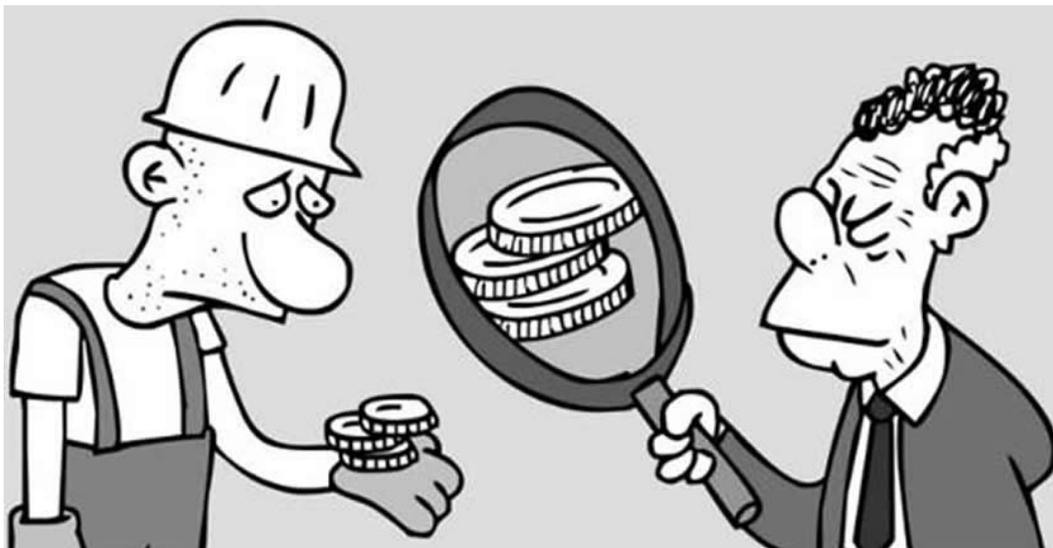
Palavras-chave: Revolução Industrial; Economia-Mundo; Capitalismo; Desenvolvimento.

Abstract: The full establishment of the capitalist mode of production, over the history, occurred in a pioneering way with the emergence of the British industry. Under the leadership of industrial capital economic expansion attended to the expectations of the commercial and banking interests and ensured the reproduction of the working class. Thus the English nation achieves a leading position in the global stage. This article seeks to analyze the British Industrial Revolution and the motivations leading it to become hegemonic in the constitution of industrial capitalism. In addition, some factors were important in this process, the initial strategies involved a primitive accumulation, which enabled the transition to a capitalist mode of production. Moreover, the strategies always involve some level of protectionism, as was the case of the textile wool industry.

* ELAINE CARVALHO DE LIMA é doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia- UFU.

** CALISTO ROCHA DE OLIVEIRA NETO é Mestre em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN.

Key words: Industrial Revolution; World Economy; Capitalism; Development.



1. Introdução

No século XVIII, uma sucessão de invenções deu origem ao modo de produção fabril, no qual uma série de melhorias no processo produtivo contribuiu para o limiar da Revolução Industrial. Tal Revolução transformou a capacidade produtiva inglesa. De modo geral, foi além do aparecimento de novas máquinas e fábricas, aumento de produtividade e do nível de renda. Na verdade, foi uma Revolução que transformou a Inglaterra e o continente europeu de uma forma nunca vista antes, com consequências profundas nas relações sociais.

Alguns fatores contribuíram para esse processo, entre esses, o crescimento populacional e a migração da população do campo para as cidades que resultaram num largo crescimento da mão de obra disponível e sua exploração pela burguesia emergente. Além disso, as inovações tecnológicas implementadas com a Revolução conduziram à industrialização mundial

(MARX; ENGELS, 1998; HOBBSAWM, 2010).

É importante salientar que a Revolução Industrial foi um precedente para a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial. Essa evolução do capitalismo simbolizou o movimento caracterizado pela *aceleração da História*, algo que não ocorrera anteriormente ao longo da história, sendo decorrente do poderio econômico. Nesse sentido, o capitalismo possui um caráter revolucionário ao transformar o meio social e suas relações existentes (MARX; ENGELS, 1998).

As origens da Revolução Industrial na Inglaterra são complexas e diversas, uma vez que abarca um amplo debate histórico sobre a gênese, evolução e resultados finais desse processo. O mundo assistiu a uma transformação ampla e profunda na sociedade, em que a produção deixou de ser agrária e de manufatura para se transformar numa economia industrial fundamentada em

métodos, princípios e práticas capitalistas, caracterizado pelo vertiginoso crescimento populacional e constante migração do homem do campo para a cidade. Ou seja, a Revolução Industrial provocou uma ampla mudança estrutural na organização econômica e social inglesa e mundial.

O contínuo crescimento econômico até a Primeira Guerra Mundial esteve marcado pela mecanização geral da indústria, o surgimento das ferrovias e do poderio naval. A mecanização da indústria aumentou a produtividade da Grã-Bretanha, e as ferrovias, os navios e a energia a vapor criaram uma economia global, que, com o aumento da divisão do trabalho, foi responsável pela elevação do padrão de vida de toda a Europa. Nota-se ainda, que a Revolução Industrial ultrapassou os limites advindos da revolução tecnológica ao colaborar de modo efetivo para separar a sociedade em duas classes opostas: proletariado e a burguesia capitalista.

Com a Inglaterra liderando o processo de industrialização, o país torna-se o grande responsável por parcela considerável da produção industrial global, isso não foi resultado de um século de mudanças rápidas, mas de uma revolução mais lenta e gradual do que se esperava, e se costuma descrever (BRAUDEL, 2009). Essas mudanças foram realizadas por artesãos criativos que transformaram instrumentos antigos e idealizaram novos, de uma forma gradual e cumulativa (LANDES, 2005).

Nesse contexto, a problemática que perpassa a discussão do presente trabalho constrói-se a partir da análise das motivações que levaram a Inglaterra

a se tornar hegemônica na constituição do capitalismo industrial.

Além dessa seção introdutória, o trabalho está organizado em mais três seções: a segunda examinará o processo de formação das chamadas “economias-mundo” ao longo da história. A terceira pretende-se avançar nos fatores que condicionaram a hegemonia inglesa. A seção posterior busca fazer uma breve análise da Revolução Industrial e seus desdobramentos. Por fim, as considerações finais do trabalho.

2. Análise da formação da “economia-mundo”

A delimitação da história econômica do mundo entre os séculos XV ao XVIII pode ser analisada a partir da ótica da importância de determinadas cidades na formação das chamadas economias-mundo ao longo da história (BRAUDEL, 2009).

A partir da análise da obra de Braudel (2009), Arienti e Filomeno (2004) explicaram que a vida econômica pode ser dividida em “três andares”. Em que:

A camada inferior dessa estrutura tripartida é denominada “vida material” e se refere às atividades cotidianas, rotineiras, habituais e inconscientes, em que a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu valor de uso, não pelo seu valor de troca. O andar subsequente é chamado de “economia de mercado” e diz respeito à vida econômica em si, às trocas rotineiras (e não apenas às trocas esporádicas), à produção para o mercado (e não simplesmente à troca de excedente do auto-consumo) e à relação entre pessoas e coisas baseada no valor de troca. Braudel (1985) distingue dois níveis da “economia de mercado”:

um inferior, composto por mercados, lojas e vendedores ambulantes; e um superior, formado por feiras e bolsas, onde o volume transacionado e a complexidade institucional são maiores. Esse andar é marcado pela transparência das trocas e pela concorrência entre os agentes (ARIENTI; FILOMENO, 2004, p. 113).

Wallerstein (1985) articula o conceito de economia-mundo em sua obra “*The Modern World System*” constituindo-se numa tentativa ampliada de ver o sistema capitalista como um todo. Uma primeira distinção a ser realizada é entre “economia mundial” e “economia-mundo”. Dessa forma, economia mundial nada mais é que a economia do mundo globalmente considerado. Enquanto, a economia-mundo pode ser compreendida como um espaço geográfico que transcende os limites estabelecidos pelas unidades políticas e culturais que se aproximam por meio das trocas ou comércio, ou seja, “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (BRAUDEL, 2009, p. 12).

Nesse contexto, o caráter que dá unicidade à economia-mundo é a divisão do trabalho, que num contexto capitalista transpõe as barreiras espaciais e temporais. Ademais, tal apreciação também se verifica quanto a distribuição regional do produto resultante dessa divisão do trabalho que num cenário mais amplo traz à tona a problemática das disparidades entre as regiões quanto a participação da produção mundial (WALLERSTEIN, 1985).

Além disso, sempre houve economia-mundos, dos quais os limites oscilam lentamente ao longo da história (BRAUDEL, 2009). Ao analisar as diversas economias-mundo existentes no decurso da história, algumas considerações podem ser feitas para estabelecer aquilo que o Braudel (2009) chama de “regras tendenciais” que organizam e definem as relações dessas economias com o espaço. Desse modo, a partir da delimitação do espaço que ela ocupa, pode-se definir a economia-mundo como:

1. Abrange um espaço geográfico dado, porém há rupturas de tempos em tempos de forma lenta, no sentido de abrir-se para o mundo e, portanto, rompendo seu espaço geográfico;
2. Uma economia-mundo aceita sempre um polo dominante, há sempre, um núcleo dinâmico;
3. Toda economia-mundo se reparte em zonas sucessivas. Ou seja, há uma hierarquia com uma zona central relativamente rica, depois em volta do centro existem as zonas intermediárias e, por fim, as zonas periféricas.

A partir desses aspectos, o centro dispõe de uma vocação cosmopolita, que agrega os grandes negócios. Assim, a partir dos vários centros dinâmicos que existiram desde o século XVI, tais como, Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdã, Londres e Nova York, observou-se que o auge de cada uma exibe um equilíbrio frágil, no qual as mudanças na conjuntura econômica ocasionam alterações profundas.

Arrighi (1996) chama atenção para o aspecto de longa duração e

descontinuidades existente no processo histórico do capitalismo. Nessa acepção, o autor apresenta o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação, em que existem ciclos de ascensão e declínio de hegemonias políticas e de seus processos de acumulação ao decorrer da história, caracterizando cada estágio do desenvolvimento capitalista.

Na existência de crises econômicas que derrubem um centro antigo surge um novo centro, pois “com efeito, no centro de uma economia-mundo só pode haver um polo de cada vez. O sucesso de um é, num prazo mais ou menos longo, o recuo do outro” (BRAUDEL, 2009, p 24). Dessa maneira, sempre que ocorre um descentramento, ou seja, perda da supremacia da cidade tida como polo, sucede-se um recentramento em um novo lugar. De forma geral, centramento, descentramento e recentramento estão interligados às crises econômicas prolongadas.

Em certa medida, o elemento que se torna comum entre as várias economias-mundo é a centralização e concentração dos recursos e riquezas, isto é, a acumulação. Até meados de 1750, os centros que dominavam o mundo eram as Cidades-Estado, entre elas, Veneza, Antuérpia, Gênova e Amsterdã, esta foi a última “polis” da história. Posteriormente, emerge uma nova soberania: Londres, esta agora não é mais uma cidade-estado e surge com pujança para um mercado nacional.

Uma economia nacional é um espaço político que fora modificado pelo Estado, devido as necessidades e inovações da vida material, das quais as atividades são conduzidas numa mesma direção. Diante disso, a Inglaterra reunia os requisitos para ser a pioneira

no desenvolvimento da economia nacional.

Nessa perspectiva, entre os séculos XV e XVIII, o Estado possuía significativa importância na economia-mundo e no centro dessa economia sempre há um Estado forte e privilegiado. A Revolução Industrial conduzida pela Inglaterra é o que caracteriza o processo de monopolização, sendo que agora esse processo se dará na produção. E mais uma vez, o papel do Estado foi fundamental para esse processo, inclusive no primeiro momento de protecionismo dos seus mercados. Entretanto, com o desenrolar da Revolução Industrial, os ingleses irão defender a ideologia do livre-comércio.

Ao se questionar por que a Inglaterra lidera a primeira Revolução Industrial do mundo, Braudel (2009) inicialmente ressalta que tal Revolução foi um movimento lento e possivelmente muito pouco percebido na época. Ao analisar esse processo, constata-se que todos os setores da economia inglesa foram condizentes com as exigências vindas da Revolução das Máquinas inglesas.

Por esse ângulo, alguns fatores coadjuvaram com a Revolução Industrial inglesa, destacam-se: a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas; abertura dos novos mercados (América, as Índias, etc.) contribuiu para que o “boom” do algodão se perdurasse. Ademais, o mundo tornou-se cúmplice da Revolução inglesa.

Em linhas gerais, pode-se observar que a construção espacial se alicerça nos momentos de ascensão e queda das economias-mundo. Ao ilustrar as lideranças ao longo da história observou-se a existência de uma classe

capitalista que se organizava em torno de atividades monopolísticas para manutenção do poder. E a partir disso, a Inglaterra reuniu as condições ideais para se tornar hegemônica no desenvolvimento do capitalismo industrial.

Por fim, Wallerstein (1985) estabelece algumas considerações importantes, partindo da análise da formação do capitalismo europeu, o autor conceitua o sistema-mundo como uma unidade espaço-temporal determinada pela divisão social do trabalho que se reproduz nesse espaço. Tal sistema-mundo pode ser dividido em impérios-mundo e economias-mundo. Os impérios-mundo são dependentes de um sistema de governo único com limites geopolíticos específicos. Já as economias-mundo se constitui por uma divisão de trabalho com integração ao mercado e não a um sistema de governo.

3. Fatores fundamentais do pioneirismo inglês

Após a compreensão das condições sociais e históricas inglesa, Oliveira (2003) ressalta que a constituição plena do capitalismo ocorre de modo pioneiro na Inglaterra, da qual irá chamar de capitalismo originário. Por conseguinte, a Revolução Industrial sinaliza o estabelecimento da produção fabril na Inglaterra e constituiu-se o regime capitalista de produção.

Nesse contexto, Oliveira (2003) destaca o papel do Estado Nacional como fator chave para o avanço do capitalismo. Salienta-se que no início o governo municipal era fundamental ao promover políticas que fomentassem a acumulação de capital e estruturação do poder militar para assegurar os

interesses da burguesia nascente. Entretanto, com o aumento do comércio de longa distância demandava-se maiores recursos financeiros e militares do poder municipal que já encontrava seus limites.

Nesse cenário surge o Estado Nacional que extinguiu os particularismos feudais e possibilitava a burguesia “base política, militar e econômica qualitativamente superior àquela representada pelo poder municipal” (OLIVEIRA, 2003, p 105).

Alguns fatores foram fundamentais nesse processo. Por um lado, no âmbito interno, a existência de um mercado nacional e o estabelecimento de uma alfândega nacional. E, por outro lado, em âmbito externo, a consolidação do Estado Nacional possibilitou a expansão ultramarina que foi imprescindível para sobrepujar as tensões sociais oriundas da crise feudal. Então:

Em suma, o acirramento da concorrência entre nações, a estreiteza dos circuitos mercantis europeus, as tensões sociais da crise feudal, a centralização de recursos financeiros e militares nas mãos do rei, todos esses fatores exigiram e permitiram a expansão sistemática para fora das fronteiras europeias, e, nesse movimento, vai sendo constituído o mercado mundial, com sua peça central, o antigo sistema colonial (OLIVEIRA, 2003, p 106).

A partir disso, a vida econômica da Europa entre os séculos XVI-XVIII é marcada pela acumulação primitiva e tem o domínio do capital comercial. O que resulta na relação de hegemonia-subordinação a partir da posição relativa de cada nação diante da apropriação dos lucros comerciais no mercado mundial.

Além disto, ocorria uma agressiva concorrência entre os capitais comerciais, uma vez que, tornando-se capital nacional, tal concorrência incorre em lutas políticas, militares e econômicas. Portanto, a posição hegemônica de algumas nações decorre das lutas políticas e militares, bem como da luta econômica em financiar o comércio, a produção local e colonial, entre outros.

De outra maneira, as condições necessárias que resultaram na constituição do capitalismo industrial inglês e as dificuldades que as demais nações tiveram em lograr tal êxito podem ser elucidadas não apenas pela dinâmica do mercado do mundo, mas pelos desdobramentos das lutas sociais das crises em cada nação.

Ao examinar o caso do Leste Europeu, verifica-se que as lutas de classes da crise do sistema feudal resultaram na conquista da nobreza diante dos camponeses e da burguesia, que podem ser explicados pelas especificidades da estrutura social local que demonstravam debilidade da vida econômica da região ante as demais nações europeias e com ideias opostas aos interesses burgueses (OLIVEIRA, 2003).

Da mesma forma, com relação ao caso ibérico (Portugal e Espanha), havia uma fragilidade da estrutura econômica, onde maior parte do excedente produzido pelas colônias era destinado para a manutenção de uma “gigantesca burocracia”, ou ainda, para o consumo em forma de renda pela nobreza ou clero. Dessa forma, Portugal e Espanha perdem progressivamente aquilo que consolidaram no século XVI e passam a ter uma posição de subordinação frente

ao mercado mundial (OLIVEIRA, 2003).

Já a análise do caso Holandês mostra-se como um processo de cristalização do capital comercial, onde não são evidenciados com vigor os interesses da burguesia. A Holanda possuía debilidades em sua esfera produtiva o que num primeiro momento não foi impeditivo para uma expansão sem mudanças nessa esfera. Porém, a partir do século XVII, França e Inglaterra implementaram uma política mercantilista agressiva, que fez com a Holanda não conseguisse se preservar em uma posição dominante e acompanhar a expansão do comércio internacional Francês e Inglês.

Por fim, a intensa concorrência no contexto europeu e as maiores exigências militares e financeiras, só podem prosseguir para a constituição inicial da gênese capitalista se as bases do capital comercial se tornarem nacionais. Todavia, após impulsionar o processo de mercantilização da produção e diante do caráter conservador do capital comercial, apontam que outros fatores serão determinantes para prosseguimento da constituição do capitalismo. Por conseguinte, “foi na Inglaterra que se fez presente o conjunto das condições prévias para o surgimento da grande produção mecanizada” (OLIVEIRA, 2003, p. 125).

4. Revolução Industrial e suas consequências

A Revolução Industrial foi resultado de desafios e oportunidades criados pela economia global. Entre os séculos XVI e XVII, a Inglaterra teve posição de liderança com sua indústria têxtil de lã. Tal liderança se estendeu para os

séculos XVII e XVIII ao originar uma rede de comércio intercontinental nas Américas e Índia. Essa expansão dependia da aquisição de colônias, do estímulo do capitalismo comercial e do poder naval.

Landes (2005) faz uma breve distinção entre “revolução industrial” com letras minúsculas e “Revolução Industrial” com letras maiúsculas. Por um lado, o primeiro termo descreve as inovações tecnológicas que transformaram o trabalho manual em fabricação em série, a partir da substituição da força humana pela máquina. Por outro lado, Revolução Industrial com letras maiúsculas, “denota o primeiro exemplo histórico do avanço de uma economia agrária e artesanal para uma economia dominada pela indústria e pela manufatura mecanizada” (LANDES, 2005, p. 01). Esse pioneirismo ocorreu na Inglaterra no século XVIII, posteriormente difundiu-se para países da Europa Continental.

O ponto fundamental de tal Revolução se encontra nas mudanças tecnológicas. Os avanços materiais ocorreram em três esferas: 1) na substituição das habilidades humanas por máquinas; 2) no domínio da energia de fonte inanimada perante a força humana e animal; 3) na melhora acentuada dos métodos de extração e transformação das matérias-primas. Além dessas mudanças dos equipamentos e processos, apareceram novas formas de organização industrial. As unidades produtoras aumentaram o tamanho, onde a fábrica tornou-se mais do que um local de trabalho com maiores proporções, vindo a tornar-se numa estrutura de produção com definição clara de responsabilidades e funções dos

atores envolvidos no sistema de produção.

A modernização advinda com o processo de industrialização acarretou outras transformações como a urbanização, a diminuição das taxas de mortalidade e natalidade, constituição de uma burocracia governamental centralizada, desenvolvimento de um sistema de educação para capacitação e socialização das crianças. Nesse sentido, o processo de industrialização europeu também teve suas dores do crescimento, quanto a isso observa-se que, se por um lado a mecanização ofereceu melhores condições quanto ao conforto e progresso. Por outro, exterminou os meios de sobrevivência de uma parte da população e outros ficaram às margens do ambiente do progresso. Em última análise, ampliou as diferenças entre os mais ricos e pobres, instaurando uma série de conflitos de classe.

Nesse contexto, a Revolução Industrial marcou uma mutação fundamental na sociedade, ao criar uma classe empresarial pujante e uma sociedade mais rica e, ao mesmo tempo, complexa. De modo que a hegemonia da aristocracia rural se submeteu aos ataques da nova classe aristocrata fabril. Assim, a Revolução Industrial não ocorreu de modo uniforme e “(...) nem tampouco levou a paisagens idênticas. Ao contrário, ocorreu numa grande variedade de lugares, dotados de recursos, tradições econômicas, valores sociais, aptidões empresariais e habilidades tecnológicas diferentes” (LANDES, 2005, p 11).

Landes (2005) descreve que o circuito das atividades econômicas privada era superior na Europa ocidental quando

comparado a outras áreas do mundo e, se propagava conforme o crescimento da economia, pois abria novas áreas de iniciativa que não possuísem restrições de regras ou conduta. Ademais, o impulso dado a inovação foi também bastante importante, no sentido da busca por novos métodos mais eficientes de produção, que gerassem um ambiente criativo propício para a geração de inovações.

A partir da análise de uma diversidade de indústrias, tais como, transporte ferroviário, têxtil, carvão, vapor e produtos químicos, localizadas num contexto de organização industrial, Landes (2005) destaca as relações existentes entre estas indústrias e, especialmente, como o algodão deu origem a outras. Além disso, chama atenção para a dificuldade que os trabalhadores tiveram em seus empregos substituídos por máquinas e a adaptação dos novos trabalhadores às novas condições impostas pelo ambiente fabril.

No século XVIII, uma sucessão de invenções alterou a indústria de algodão na Inglaterra e originou um novo modo de produção, o sistema fabril. Nesse sentido, esses aprimoramentos que formaram a Revolução Industrial, ocasionaram um aumento na produtividade e uma considerável elevação da renda *per capita* que fora além da Inglaterra e atingiu a Europa. “Desse modo, a Revolução Industrial inaugurou uma era nova e promissora” (LANDES, 2005, p 43). Dando origem a uma época próspera que transformou a ordem social e a forma de agir e pensar do homem.

Dessa forma, levanta-se o questionamento do motivo pelo qual a

Inglaterra foi pioneira nesse processo. Algumas explicações podem ser levantadas. Em primeiro lugar, a mudança tecnológica. Esta foi possibilitada pelo aperfeiçoamento do método diante das inapropriadas técnicas vigentes ou ainda pelos aumentos dos custos de fatores. Além do mais, a substituição era viável, pois pagavam os custos de mudança. Por um lado, esse aprimoramento tecnológico, criou uma nova mentalidade empresarial ao analisar o investimento e os possíveis riscos incorridos. Por outro lado, para o trabalhador isso gerou uma mudança no papel ocupacional com o surgimento de novas funções e, também, um novo estilo de vida que era marcado pela separação dos meios de produção (LANDES, 2005).

Alguns elementos são importantes destacar. A indústria têxtil inglesa, por exemplo, gerou riqueza no término da Idade Média e início do século XVIII, onde o consumo de lã cresceu de forma contínua ao longo do tempo. A indústria lanígera inglesa crescia especialmente decorrente das condições favoráveis do produto, “nenhum país possuía uma oferta tão abundante de lã bruta, em especial de fibras longas exigidas pelos tecidos mais leves e mais resistentes de estame” (LANDES, 2005, p. 47).

Além disto, o processo crescente de urbanização foi essencial para as mudanças no padrão de consumo da época, atrelado ao avanço da comercialização e da industrialização. Alguns fatores sínteses possibilitaram o desenvolvimento do mercado interno de produtos: aumento populacional; avanços das comunicações; aumento da renda média e a livre iniciativa comercial.

Em certa medida, a expansão das vendas da Inglaterra no exterior e internamente esteve ligado a uma capacidade inerente a essa nação que inclui vantagens institucionais e históricas. Diferentemente de outros países rivais, a Inglaterra não precisava aplicar recursos para a manutenção de exércitos, além disso, o país possuía uma tradição marítima e instituições financeiras que lhe garantia certo domínio territorial. Ademais, deve-se destacar o papel do setor bancário e do crédito, a Inglaterra possuía uma estrutura financeira bastante avançada no século XVIII. Assim:

Não foi o capital, por si só, que possibilitou o rápido progresso na Inglaterra. O dinheiro, sozinho, poderia não ter feito nada; na verdade, nesse aspecto, os empresários do continente, que muitas vezes podiam contar com subsídios diretos ou privilégios monopolistas advindos do Estado, estavam em melhor situação que seus pares ingleses. O que distinguiu a indústria britânica, como já mencionamos várias vezes, foi uma excepcional sensibilidade e receptividade às oportunidades pecuniárias. Tratava-se de um povo fascinado pela riqueza e pelo comércio, coletiva e individualmente (LANDES, 2005, p. 65).

Outros fatores também foram relevantes, como, o espírito empresarial e a liberdade para a criatividade, que ocorreu na Europa e foi importante para o desenvolvimento socioeconômico. Outrossim, embora a Inglaterra apresentasse poucos recursos naturais, tinha redes de transporte e acesso direto aos portos, de modo que detinha acesso aos materiais de importação necessários.

No começo do século XVIII a produção têxtil era debilmente mecanizada. Apesar dos vários aperfeiçoamentos que ocorreram na preparação e tecelagem dos fios, não fora suficiente para provocar a grande transformação que ocorreria adiante. Era necessária a combinação de outros fatores para suceder a Revolução Industrial, entre eles, a existência de máquinas que não apenas substituíssem o trabalho manual, mas a garantia da produção nas fábricas. Nesse sentido, a combinação dos seguintes fatores foi fundamental: a tecnologia com a substituição do trabalho manual pelas máquinas e concentração da produção nas fábricas; espacial, as instalações exigiam dimensões mais amplas que possibilitassem aumentos na produção.

Uma combinação do comportamento desafio e resposta como destaca Landes, levou a transformação tecnológica na metalurgia que estimulou o crescimento das indústrias de bens de capital. Nas organizações, diariamente os atores envolvidos em suas empresas enfrentam problemas tão relevantes como os de suas vidas e todos exigem soluções criativas.

A Revolução Industrial foi como um resultado de características europeias que permitiram a autonomia intelectual, o desenvolvimento do método científico de análise e desenvolvimento de pesquisa como uma atividade de rotina humana, com sua própria língua e métodos, desenvolvidos e aceitos através das fronteiras nacionais e independentes de considerações religiosas.

Por fim, a história revela que muito antes da Revolução Industrial, a Europa Ocidental já era rica se comparada a

outras áreas do mundo naquela época. A riqueza era fruto vários períodos de lenta acumulação, com base no investimento e exploração do capital. Além do ouro e demais riquezas advindas da exploração de dívidas das colônias e países europeus, na apoderação de recursos e mão de obra de indivíduos fora da Europa, bem como no desenvolvimento tecnológico que dinamizou o processo produtivo. Uma vez que:

Máquinas e as novas técnicas, sozinhas, não constituem a Revolução Industrial. Elas representaram aumento de produtividade e um deslocamento da importância relativa dos fatores de produção da mão de obra para o capital. Mas, em nosso contexto, revolução significa uma mudança tanto da organização quanto dos meios de produção. Em especial, referimo-nos ao conjunto de grandes contingentes de trabalhadores em um único lugar, onde executariam suas tarefas sob a supervisão e disciplina; reportamos, em suma, ao que se tornou conhecido como sistema fabril” (LANDES, 2005, 109).

É importante salientar, que a estrutura concorrencial se dá por meio da eminência de uma Ordem Liberal Burguesa, pois a própria dinâmica da atividade econômica imprimia as particularidades do Estado liberal. Tal ordem compreende o período da Revolução Industrial até a chamada grande depressão (1873-1896) (OLIVEIRA, 2003; MAZUCHELLI, 2009). Essa ordem era caracterizada pela hegemonia inglesa no sistema bancário internacional; na intensificação da concorrência entre a Inglaterra e as economias industriais tardias, por

exemplo, Estados Unidos e Alemanha. Além disso, na exclusão da participação das classes trabalhadoras no processo político.

Em suma, a Revolução Industrial foi revolucionária porque mudou a capacidade produtiva da Inglaterra e Europa. Contudo, a revolução foi mais do que apenas novas máquinas, fábricas, aumento da produtividade e aumento do nível de vida. Foi uma revolução que transformou e originou a sociedade ocidental moderna, ou seja, não foi uma mera sequência de mudanças nas técnicas industriais e de produção, mas uma revolução social com causas sociais, bem como profundos efeitos sociais. Ademais, o capitalismo separou a sociedade em duas classes revolucionárias e antagônicas: burguesia e o proletariado.

Conclusões

Em síntese, ao decorrer da história sempre houve momentos de avanço e queda das economias-mundo e a nação inglesa possuía as condições necessárias para se tornar hegemônica no desenvolvimento do capitalismo industrial. Com uma certa aliança entre Estado Nacional e o emergente capital foi possível desenvolver e expandir o capitalismo, primeiro, na Inglaterra e Europa, e, posteriormente, expandir sua influência para as demais nações. Ademais, a existência das condições nacionais para a evolução do capitalismo transcorre de uma intensa luta no mercado mundial em busca das fontes de lucro e expansão contínua do domínio mercantil, num contexto de intensa divisão social do trabalho.

Embora, a Revolução Industrial tivesse iniciado na Europa, o processo se propagou para outros continentes, que

em última instância, sucedeu a globalização. A plena constituição do modo de produção capitalista na história ocorreu de modo pioneiro com a emergência da grande indústria inglesa. Sob a liderança do capital industrial a expansão econômica “atendia não somente aos interesses comerciais e bancários, como ainda garantia a reprodução da classe operária” (OLIVEIRA, 2003, p. 173).

Ao mesmo tempo, que o mundo passava por mudanças nas relações econômicas e políticas, bem como pelo papel de comando da Inglaterra no século XVIII. Ainda existiam alguns obstáculos para o pleno funcionamento da concorrência com a hegemonia do capital industrial. Dessa forma, é no conflito político que a burguesia industrial passou a defender o liberalismo econômico. “Tratava-se, portanto, de estabelecer uma nova ordem internacional, na qual as relações econômicas entre as diferentes nações fossem reguladas pela livre concorrência” (OLIVEIRA, 2003, p. 183).

Assim, no contexto da economia inglesa a livre concorrência controlava as relações entre os agentes econômicos, e na esfera externa a livre mobilidade do trabalho e capital desenvolvia as condições basilares para a liberdade econômica e concorrência entre os agentes econômicos das diversas nações.

Em suma, a Revolução Industrial inglesa foi resultado de características históricas e econômicas que permitiram a autonomia intelectual, o desenvolvimento do método científico de análise e desenvolvimento de pesquisa como uma atividade de rotina

humana, com sua própria língua e métodos, desenvolvidos e aceitos através das fronteiras nacionais e independentes de considerações religiosas.

Referências

- ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F. A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Texto para discussão**. Florianópolis, UFSC, n. 04, 2004.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. O tempo do mundo. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2009. (pp. 11-155)
- LANDES, D. **Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.
- HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.
- MAZUCHELLI, F. **Os anos de chumbo. Economia e política internacional no entreguerras**. Campinas, Editora Unesp-Edições Facamp, 2009. (Cap. 1, pp 21-49).
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1998.
- OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de industrialização- Do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo, Editora Unesp, 2003. (pp. 102-125)
- WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno – agricultura capitalista e as origens da economia mundo europeia no século XVI**. Vol. I. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1985

Recebido em 2016-07-29

Publicado em 2017-07-06